



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

**ATA DA 384ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO  
DE CONTROLE URBANÍSTICO – CCU**

Aos **19 (dezenove) dias do mês de junho de 2018 (dois mil e dezoito)**, às 9h30min, na Sala de Reuniões da Secretaria de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Recife, realizou-se a 384ª. Reunião Ordinária da Comissão de Controle Urbanístico – CCU, sob a Presidência da Arquiteta Dra. Taciana Sotto Mayor, Diretora da DILURB e Presidente da CCU. Estiveram presentes os Arquitetos: Vivian Maria Oliveira da Costa, Suplente da representante da CTTU; Lúcia de Fátima Escorel, representante da URB/Recife; Gustavo Marques Lins, representante da SDSMA; Ana Patrícia Uchoa de Queiroz, Suplente do representante do ICPS/SEPLAN e Ana Cristina Assis de Oliveira, representante da CONDEPE/FIDEM. Os Engenheiros: Walter Longman, Suplente da representante da CPRH; José Antônio A. de Lucas Simón, representante da FIEPE e Genildo Mota Valença Filho, representante da ADEMI/PE, além da Procuradora Andréa Galiza, suplente da representante da PGM e Edvaldo Santos Pereira, suplente do representante do PREZEIS. Constatado o número regimental para deliberar a Presidente deu início à reunião com a leitura e assinatura da Ata do dia 08/05/2018. Em seguida, deu continuidade à reunião e convidou o Diretor Executivo da Agência Recife para Inovação e Estratégia – ARIES, Dr. Guilherme Cavalcanti, para fazer a apresentação e discussão da **“Proposta Preliminar de Estratégia do Plano Recife 500 Anos”**, atendendo a solicitação do representante do CREA. A Presidente, Dra. **Taciana**, perguntou: “O que vocês estão querendo conquistar com esse documento do Plano Estratégico?” Ao que Dr. **Guilherme** falou: “Esta é uma pergunta existencial, até porque o sujeito é indefinido. O que é quem estão querendo fazer? Estão, precisamos saber quem é o sujeito, para nós sabermos quem está querendo o quê? Posso dizer o que estou querendo fazer e o que é que motiva o surgimento da iniciativa de construir uma estratégia de longo prazo. Este movimento nasce de um sentimento em que nós tínhamos um conjunto de consenso estabelecidos sobre a cidade, que nós não estávamos conseguindo perseguir de forma objetiva. Então, o documento é uma tentativa de estabelecer esses consensos, criar um senso de urgência e prioridade para as coisas que só se resolvem com prazos, que precisam ser considerados urgentes, que sirva como uma bússola, principalmente para que a população saiba de forma estruturada, cobrar do gestor público e dos atores privados que têm papel importante na cidade. O ideal seria que esse documento virasse, de fato, uma referência permanentemente atualizada e utilizado como instrumento para os avanços necessários da cidade, a longo prazo. O que organizações distintas, pessoas distintas, gestores distintos vão fazer com o documento, isso é o tempo que vai dizer. O que a ARIES vai fazer com o documento, isso só posso sugerir, nós já captamos hoje, os recursos com o “Plano Recife 500 Anos”, nos próximos dois anos. Significa dizer que nós já vamos visitar, atualizar e adicionar ao Plano, um conjunto de indicadores que são coerentes com a estratégia estabelecida, e nosso interesse com o documento é mantê-lo vivo, com um investimento efetivo de participação da população e influencia de políticas públicas.” Usando a palavra, Dra. **Taciana** disse: “Pelo que entendi, o documento tem por objetivo criar um senso comum em relação aos caminhos que a cidade precisa buscar, e, tem ainda o compromisso de acompanhar e evolução e o desenvolvimento da cidade atualizando o documento a cada ano.” Continuando, Dr. **Guilherme** falou: “Tem outro dado importante que só vamos construir no final desse processo de debate que está sendo aberto agora, que é a convocação de audiência pública na Câmara de Vereadores. Alguns vereadores já externaram a intenção de converter em legislação o uso desse instrumento de longo prazo.



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

para influenciar os planos plurianuais, mas não posso falar sobre esse assunto, porque não somos nós que vamos advogar sobre a criação dessa lei. Se a Câmara achar adequado, se o executivo quiser mandar um Projeto de tal forma à Câmara, é um debate válido.” Dra. **Taciana** falou: “Está aberto para perguntas.” Dra. **Andréa**, representante da PGM pediu a palavra e disse: “Para nós que estamos acostumados a trabalhar com planejamento, construção de Plano Diretor, construção do Plano Plurianual, faz todo sentido essa iniciativa, mas, por curiosidade gostaria de saber como foi que surgiu a ideia do Recife 500 Anos, a parceria com o ARIES, como é a história deste documento?” Dra. **Taciana** falou: “Na reunião do dia 24/04/18, quando foi apresentado o Plano, Andréa não pode comparecer, seria bom Guilherme explicar.” Dr. **Guilherme** disse: “Especificamente nos anos 2010/2011, tinha um debate muito vivo na cidade sobre planos de longo prazo. Nós vínhamos de algumas experiências frustradas e alguns esforços recentes, que não tinham vingado como instrumento de sustentação do debate, e havia uma sensação que, aqui posso citar alguns parceiros que de formas distintas e em paralelo, estavam trabalhando: o MDU, o CAU, o Porto Digital, a Universidade Católica, o Observatório do Recife. Um conjunto de organizações que, de formas distintas, estavam olhando o sistema de longo prazo. O debate de 2010, desdobrado em 2011, numa parceria entre a Universidade Federal e a Universidade de Amsterdam, surgiu pela primeira vez à metáfora da “árvore de águas”, mostrando o mapa do Recife a partir dos seus leitos d’água. É uma metáfora como se fosse uma árvore com galhos, com tronco, com raízes. A partir daí, um dos debates que surgiu foi: que marco de longo prazo nós podemos utilizar como referência? Então, quando olharmos o ano de fundação da cidade, vimos que estava um horizonte de mais 25 anos, até chegarmos 2037, aí surgiu o tema: “Recife 500 Anos”. Apesar do nome em algum momento ser infeliz, pois algumas pessoas acham que seriam 500 anos na frente, outras pessoas rementem ao Brasil 500 anos, que foi meio quê um fiasco, mas ele serviu como pedra de toque. Um dos elementos centrais que hoje nós usamos dentro do plano, é buscar identidade, narrativas, consensos que o cidadão possa portar. Então, não o cidadão em geral, coisa que eu posso dizer hoje com tranquilidade, que a marca “Recife 500 Anos” é pouco efetiva, mas um conjunto muito grande de organizações, instituições, movimentos, se identificaram com aquela necessidade de ter um plano de longo prazo. A proposição em si, surgiu nos debates ocorridos, motivados por um grupo de empreendedores do Bairro do Recife, aí entenda: tecnologia de informação, serviços especializados, entretenimento, bares e restaurantes, que se juntaram. Num questionamento único, para todos os candidatos a prefeito, foi perguntado qual seria o plano de longo prazo para o bairro, e, conseqüentemente, para a cidade. Só conto esta história porque é fato: nenhum candidato respondeu de forma estruturada, nenhum estava preparado para debater 20 anos na frente, inclusive, o prefeito atual. De todos eles, só um ligou no dia seguinte, que foi o candidato que terminou sendo eleito, o Prefeito Geraldo Júlio. Ele voltou a procurar aquele conjunto de empreendedores sociais, me arrisco a dizer que por influência do Vice Prefeito Luciano Siqueira, que já conhecia algumas pessoas do nosso grupo. Nossos debates foram todos constrangedores e meio agressivos, pois, nossa turma é assim, mas Luciano Siqueira disse a ele: “Olhe Geraldo, fique tranquilo, esse pessoal é meio arredo, mas é tudo gente do bem, só querem o bem da cidade.” Ainda em campanha, poucos dias depois, Geraldo ligou e pediu para nos organizarmos e fazermos uma proposição de como construir essa estratégia. E, após a eleição do Prefeito, um grupo amplo de empreendedores sociais, usando como referência o modelo de gestão do Porto Digital, ajudou a construir um conjunto de premissas de referências para que fosse feito a criação, não apenas do plano, mas de uma instituição que o



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

pudesse sustentar há longo prazo. Quando o Prefeito assumiu, a Secretaria de Planejamento Urbano, através do Secretário Dr. Antônio Alexandre, liderou um processo de chamada pública para que organizações sociais fizessem propostas, a partir de um Termo de Referência. Foi feito o Termo de Referência, que durou de 7 a 8 meses para ficar pronto, o chamado teve que ir duas vezes à rua, terminou que o Grupo de Gestão do Porto Digital foi vencedor, e desde então, a ARIES vem sendo lá incubada. Tem sido uma estrada longa, mas o processo de apaixonamento pela cidade é muito válido.” Dra. **Taciana** falou: “Acho uma ideia muito interessante, porque nós estamos sempre “apagando incêndio”. Com isso temos um fórum de discussão permanente.” A representante da PGM, Dra. **Andréa**, pediu a palavra e disse: “Na realidade, para nós que trabalhamos com isso desde a década de 70, 80, 90, nós tínhamos pelo poder público um colegiado, tínhamos um corpo técnico de certa forma robusto, mas que, com as mudanças e as dificuldades do estado, temos que reconhecer, uma redução que aconteceu no país inteiro, na forma como a administração teve que atuar, e é uma fase de mudança na sociedade. Acho interessante por isso, a atividade de planejamento é essencial, ela não pode se perder. Não sei se, de fato, o poder público sozinho, nos dias de hoje, é capaz. Hoje em dia nós temos a participação da sociedade, exigida, inclusive, pela própria legislação, em tudo que nos fazemos. Então, me parece que é essencial, mas fiquei curiosa para saber como começou, para entender exatamente, mas, acho que é importante que ainda tenhamos dentro do poder público, técnicos permanentes, que sejam capazes de fazer também o planejamento aqui dentro.” Dr. **Guilherme** continuou: “Sobre isto tem um negócio importante. Nós estamos a 20 anos do Estatuto da Cidade e 10 anos do Estatuto da Metrópole, mais ou menos, mas ambos estabelecem a obrigatoriedade da participação popular na construção do planejamento, em longo prazo, na definição de como governar. Mas, o fato é que pode parecer muito tempo, mas é quase nada para o estabelecimento de processos participativos. Foram criados grandes conjuntos de fóruns específicos, para suportar alguns tempos previstos, inclusive na própria legislação, para suportar esse processo. Todos eles absolutamente válidos, absolutamente legítimos, mas, diria com uma falha comum à todos os fóruns, que é o de limitar a um conjunto específico de especialistas ou militantes a esses fóruns. Ai, você termina deixando de fora um recorte muito grande da sociedade. O que nós estávamos propondo, que foi o que nós fizemos de fato, foi além de ouvir esses fóruns estabelecidos, dialogamos com quase todos, nós troucemos outras metodologias. Abrimos a consultas na internet, fizemos uma pesquisa de campo que teve a aplicação de 2.000 formulários. Só para dar uma referência, uma eleição de prefeito aqui no Recife, para você prever com margem de erro de 2%, você aplica 700 formulários. Então, nos aplicamos 2.000 formulários com 55 perguntas, foi construído de forma técnica. A estatística de aplicação desse formulário seguiu critérios extremamente rigorosos, e a ideia era confrontar a visão que vinha dos fóruns específicos, com o que está de fato, no desejo da população em geral. Nós tivemos a felicidade de confirmar alguns pontos que são bandeiras muito atuais. Existe uma preocupação quase universal, da sociedade com relação ao meio ambiente, por exemplo, ninguém expressa da mesma forma, os especialistas vão dizer: estou muito preocupado com o aquecimento global, a elevação do nível do mar, a destruição das árvores no centro da cidade. O não especialista vai dizer: nós precisamos de mais árvores na cidade, precisa parar de alagar na minha rua. Então, a preocupação em geral, quando você tira o elemento da técnica da cidade e joga ela para uma linguagem mais acessível, você começa a perceber alguns consensos. A preocupação é muito grande com o investimento de gerações futuras, ou seja, a juventude e a infância surgiram muito fortes nessas pesquisas. A preocupação vai muito forte na pesquisa como um



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

todo, aparece à preocupação com o jovem, principalmente aqueles jovens na faixa de 14 a 24 anos, que estão sem estudar, sem trabalhar. Há uma preocupação muito grande em relação à primeira infância, crianças com acesso a creche, a segurança, a mobilidade dessas crianças na cidade. Alguns temas têm um peso muito forte. Para os empresários da área de desenvolvimento econômico, é muito forte essa coisa do Recife ser a cidade do conhecimento, ser uma cidade que forma um capital humano de nível elevado, ser um centro de excelência em algumas áreas, isso aparece muito forte também. Infelizmente, alguns temas não apareceram de forma explícita, nós temos todo um arcabouço de fundamentação teórica sobre a política de cultura para um conjunto de coisas de formas distintas. A palavra cultura aparece muito pouco nessa pesquisa, foi necessária uma reintegração para entender o porquê aquela população estava se posicionando em relação à cultura. A cultura apareceu muito como instrumento transversal de promoção da educação, principalmente promoção de cultura de paz, aí sim, estava muito presente. Curiosidades do processo só emergiam quando nós saímos dos fóruns normais, inclusive os técnicos. Houve um debate muito bom que foi sobre calçadas, na verdade, o tema da caminhabilidade é um dos mais fortes da pesquisa. A perspectiva de cada um é muito interessante, porque o cidadão da classe média, que mora perto de equipamentos de má qualidade, se queixa das calçadas que nós gostaríamos de ter. Se tiver 30 cm a menos, e não der para passar com carrinho de bebê, já é uma queixa. Por outro lado, você vai pegar moradores de comunidade de baixíssima renda, algumas delas falando em ZEIS não urbanizadas, ruas sem calçamentos, mas a preocupação é a mesma. Só não é na porta de casa, porque essa pessoa, às vezes, anda 6, 7 km para chegar ao trabalho. Além desta pesquisa, nós fizemos também a pesquisa corpo a corpo, com nosso pessoal técnico, pesquisando junto a lideranças e especialistas. Nos relatos, nós entrevistamos pessoas que conhecem a cidade toda, com referências do tipo: depois da árvore na esquina da rua "tal", você anda mais 10m e vai encontrar um buraco na esquina "tal". Com relação a árvores com raízes altas, as pessoas conseguiram nos narrar coisas desse tipo, e também outras coisas de extremo peso. Duas frases que não vou esquecer nunca, são uma liderança da área de habitação com 40 anos de calçada, na última pergunta que era para a pessoa falar livremente, ela disse: "As mulheres do Recife precisam parar de morrer pela mão de seus amores." Nós já tínhamos estudado muito sobre violência contra mulher, usamos como referência uma tese muito bacana da Universidade Federal, de Ana Paula Portela, com muita informação técnica, mas faltava a sensibilidade de entender que as mulheres estavam morrendo pela mão de seus amores. Algumas dessas referências ajudam a moldar a narrativa com que nós conversamos com a população. É nesse processo que surgem as sínteses inteligentes, que fazem sentido para todo mundo. Outro momento especial nessa caminhada foi uma criança de 12 anos, na RPA - 2, nós estávamos fazendo uma consulta por RPA, quando separamos em grupos, a criança escolheu ir para o grupo onde iríamos debater saúde, entrou lá e pacientemente esperou alguém falar e levantou a mão. Ele deu uma aula sobre a importância do fornecimento do medicamento de uso continuado, só que ele deu uma aula com a perspectiva de quem está sentindo a dor. Ele disse: "Minha mãe é diabética, minha vó é diabética, moramos somente nós três, quando o remédio atrasa um dia, minha mãe consegue ir buscar, quando atrasa dois dias, ela consegue ir, no terceiro dia, minha avó já está crítica, no quarto dia minha mãe já não consegue sair de casa, mas aí, sou eu que falto aula, que tenho que ir para a fila do Posto de Saúde." Esse depoimento, nós não tivemos autorização da mãe do menino para publicar, mas está registrado e guardado, pois é muito duro. O "Recife 500 Anos" é uma peça de planejamento, mas também, e talvez, principalmente, uma construção de uma nova narrativa de cidade. nós nos apresentando de



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

outra forma. Nós abandonamos a “Veneza Brasileira” para construir uma síntese melhor. Essas que surgiram de um tempo pra cá, como “Recife Fede”, esse tipo de coisa, quando na verdade tem uma cidade que nós somos completamente apaixonados por ela, o povo é apaixonado por ela. Tem um conjunto de características que precisam ser reorientadas numa nova narrativa, para que possam portar essa mensagem de futuro.” A representante da CONDEPE/FIDEM, Dra. **Ana Cristina**, pediu a palavra e disse: “Andréa falou, mas não tenho certeza se a modificação do Estatuto da Metrôpole já foi sancionado, tirando a participação popular, mas tenho a Lei e posso enviar para vocês.” Dr. **Guilherme** deu prosseguimento dizendo: “Gostaria de falar sobre isso, é uma opinião estritamente pessoal, não obstante eu considerar essas duas partes da Legislação muito bem construídos, a tentativa do Governo Central de mudar a Legislação Federal, normalizar os processos num país como o Brasil, é absolutamente inviável para várias coisas. Se quer criar um processo efetivo, tem que fazer como o SUS, que, quando foi desenhado, olhava há 60, 80 anos na frente e projetado que durante 20 anos, ainda iria perder tal batalha independente de tal coisa. Então, se quer criar um Sistema Nacional de Planejamento Urbano, coloca isso no longo prazo que vai, devagarzinho, construindo as etapas. Foi feito ao contrário, a partir de hoje é assim, se você não fizer, cabe um pouco de improbidade, e faça uma participação sem nunca ter feito, sem dizer como faz, sem saber como representa. E, a partir daí, o que foi que aconteceu? Esses fóruns foram virando ambientes de sequestro da capacidade de ação do governante. Acho que, nesse ponto, a Legislação falhou, precisamos olhar para ela e dizer que: como instrumento efetivo ela falhou. Então, acho que os Governos de Estados e os Prefeitos de Cidades com essa característica de metrôpole, precisam sim, serem responsabilizados pelas Agências de Integração de Planejamento, mas não sei se o que está estabelecido hoje é o mais adequado. Vou pegar alguns exemplos objetivos, vamos comparar Recife e Salvador, são cidades que são muito diferentes geograficamente, mas a principal diferença diria, é na forma como ela se relaciona com é Metrôpole, Recife é uma cidade 100% conturbada, com exceção da área de mata que nós temos ao norte e um pouco ao sul. Recife é diretamente responsável por quase 70% do PIB da Metrôpole. Na área de serviços é um grande empregador e atrai um grande fluxo de gente. É uma das poucas cidades que vive problemas reais no dia a dia, dentro das Prefeituras, onde você vai ter, inevitavelmente, gente de outra Prefeitura tendo que fazer uma obra do outro lado da rua, que pertence a outro Município, caso contrário à obra que você está fazendo do lado de cá, perde a efetividade. Então, nós precisamos urgentemente, desses mecanismos. Como agente da sociedade civil organizada, acompanhei a tentativa do atual Prefeito, no início do seu primeiro mandato, que reuniu os Prefeitos Municipais e foi uma confusão política grave, porque em certa medida eles se sentiram invadidos. A imprensa interpretou errado, diziam que “acabou de ser eleito Prefeito do Recife, já que ser Prefeito da Metrôpole.” Tem coisas que nós precisamos aceitar como sendo parte do processo, uma delas em minha opinião, o Prefeito do Recife é o Prefeito da Metrôpole. Outra coisa, Andréa jê falou, é que nós já estivemos mais bem instrumentalizados. A FIDEM, no final da década de 70 era muito atuante, não que o corpo técnico que lá está não seja relevante, mas restou pouca gente, falta ainda parte da memória, de reviver processos. O próprio “Recife 500 Anos” revisitou teorias sobre a nossa cidade, que já tinham sido estudadas, reestudadas e revisitadas. Nós tivemos que visitar isso, o técnico que tem longevidade no quadro, ajuda nesse debate, e aí, senti falta, que por coincidência, minha primeira interação com o poder público, em 1998, foi com a FIDEM e com o CONDEPE, que ainda não estavam juntos nessa época. É impressionante o nível da produção feita nessas áreas, acho que perdemos quadros, mas por



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

irresponsabilidade dos próprios gestores, essas organizações perderam relevância.” Dra. **Taciana** falou: “No documento é traçado um caminho estratégico até o aniversário de 500 anos do Recife. Então, será papel da ARIES perseguir essas metas? Quem vai tomar conta disso?” Dr. **Genildo**, representante da ADEMI, pediu a palavra e falou: “O tema educação, onde é que está no seu trabalho? Não adiante planejar sem educar o povo.” Dr. **Guilherme** respondeu: “Talvez esta seja a parte mais importante para mim, porque é onde tenho meu “background” mais recente. Primeiro qual é o papel da ARIES nesse processo? Nós passamos a ser a partir do momento em que estamos chamando da versão final da etapa inicial, ou seja, é o primeiro documento para servir de base e nós irmos melhorando ele, ao longo do tempo. O nosso trabalho, em certa medida, é constranger o poder público e alguns atores da própria sociedade, a assumirem as posturas que nós já entendemos que fazem sentido para a cidade. Vou pegar um tema, que congrega todo mundo: saneamento. É absolutamente prioritário na nossa cidade, nós temos vigente, uma parceria com a iniciativa privada, que passou por um processo de não financiamento, e aí, gerou uma deseconomia, significa dizer que investimentos já realizados perde efetividade em função da falta de continuidade. Planos feitos para urbanização de áreas de implantação de saneamento, também perde efetividade. Todas as outras metas da nossa cidade, seja em educação, saúde, mobilidade, meio ambiente, sofrem uma influência direta do saneamento. Então, qual é o papel da Agência num caso como esse? É de denunciar o atraso, acompanhar o andamento, cobrar junto ao Ministério Público a vigilância de marcos importantes desses processos, estar junto também, estamos no papel de construir. Eu por exemplo, por ser parte do projeto, procurei, na época, o gestor da parceria público/privada e cobreí. Nós sabemos que atrasou, vai acontecer o que? Você tinha um conjunto de marcas da administração pública, o BNDS colocou recurso, o Banco do Nordeste também, o Governo do Estado não fez uma parte do que precisava ser feito. Então, você ver claramente o compromisso do gestor em tentar resolver. O nosso papel era propor, nem que fosse para criar condição política para repactuar, mas precisava acompanhar o processo. Não podemos deixar esse tema, ser mais um tema do tipo: “a nossa cidade fede” ou “na minha rua estourou a fossa.” Tem parte do nosso trabalho que é levar um pouco de noção para a sociedade, sobre o trabalho e a responsabilidade de cada um. Em relação à educação, assim como a cultura, mas num nível mais explícito, mais impactante, temos uma das ancoragens principais.” Dr. **Genildo** continuou: “O que está acima da educação brasileira? Dentro dessas atividades essenciais, mais essencial do que educação é o planejamento urbano?” Dr. **Guilherme** respondeu: “Não me sinto habilitado a dar peso e propriedade, o que posso dizer é que emergiu como sendo um tripé de relevância do planejamento urbano.” Dr. **Genildo** falou: “Se não tiver educação, o varredor de rua vai varrer e colocar o lixo na canaleta. Precisa mecanizar isso, como em São Paulo e outras capitais.” Dr. **Guilherme** disse: “Concordo, mas como disse antes, pessoalmente, acho que educação é o pilar principal, mas posso dizer com muita tranquilidade que o debate sobre o papel de construir um futuro melhor, é na sociedade com o poder público. A população se pronuncia muito no tripé educação, saúde e infraestrutura. Infraestrutura você pode confundir com mobilidade, com meio ambiente, mas o que a população coloca e que apareceu nos debates, foi esse tripé. Apareceu também com muita força, mas não dito dessa forma, o viés da assistência social, que é normal numa cidade como a nossa, onde temos 2/3 da população vivendo ou na linha da pobreza ou abaixo da linha da pobreza. Então, temos como redução de desigualdade, ações próprias de geração de riqueza, na base da pirâmide, de forma especificamente, dos mecanismos que nós conhecemos como a moradia popular. A redução do déficit habitacional da cidade é uma



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

questão humanitária, um direito humano básico, mas é também uma política econômica, é um processo de geração de riqueza, de redistribuição de renda, de redistribuição de propriedade. Então, nesse sentido também, é importante entendimentos de temas que foram construídos. Voltando ao tema da educação, como o Plano é uma estratégia de longo prazo, ela aparece no Plano distribuído em eixos distintos. O primeiro eixo eu diria que é a percepção da rede, como nós redistribuímos a rede de escolas para atender à escola e ao homem do futuro. Nós ainda estamos num país em construção, temos muitos desafios a vencer, diria que na década de 90 e princípio de 2000, nós vencemos um desafio na universalização do acesso à Internet.” Pedindo novamente a palavra, Dr. **Genildo** falou: “Qual é o setor que vai bem, saneamento, estrada, mobilidade?” Ao que Dr. **Guilherme** respondeu: “Agora, só consigo olhar a longo prazo. Se você me perguntar o que vai bem, sempre olho o que pode melhorar na frente, mas olho 20 anos para trás. Hoje, por exemplo, vai bem a expansão da rede de creches e a implantação de metodologias de ensino mais adequado na educação.” Pedindo a palavra, o Sr. **Edvaldo** Santos, representante do PREZEIS falou: “Nós sabemos que dentro dos movimentos sociais houve muita crítica quanto a essa questão, dos 500 anos. Aí, lhe pergunto: qual a visão que você tem encima disso, desses movimentos sociais hoje? Porque não vejo muito movimento popular, embora participe deles, vejo mais movimento de sobrevivência. Como vê a questão da educação lá na frente, nesses movimentos sociais, encima desse título? De tanta coisa que você levantou hoje, falou aqui de habitação e mobilidade. Se nós formos olhar, a dificuldade que as comunidades estão tendo de conseguir alguma coisa para se executar nesta gestão... Hoje, o Vereador do Recife tem mais poder do que a própria liderança comunitária. A EMLURB, que toma conta da cidade do Recife, deixa a desejar. Uma rua para ser pavimentada, se não tiver um vereador para interceder, não será feita. E, daqui para frente, como isso será feito? Hoje me preocupo muito com os movimentos que se diz popular qual o futuro deles lá na frente?” Ao que Dr. **Guilherme** respondeu: “Não vou focar no ponto da EMLURB, quanto a relação com os movimentos sociais, é claro que, como todos os processos de debate sobre a cidade, nós recebemos um conjunto de críticas, mas também, um conjunto de colaborações. Posso citar dois momentos que, para nós, foram fundamentais. O primeiro foi a reunião com o Fórum do PREZEIS, nós tivemos duas reuniões na URB e naquele momento foi para nós entendermos a perspectiva do que estava naquele debate. O próprio PREZEIS tem as suas formas diferentes de encarar as soluções, mas, muito claramente, nós sentimos de forma muito mais ampla, mais dura e mais profunda a questão de habitação na cidade, principalmente dos desafios legais e de financiamento de infra estrutura, para que nós, de fato, déssemos efetividade a política pública das ZEIS, que é a coisa mais relevante que surgiu no planejamento urbano nos últimos 40 anos no país. Então, aquele foi um momento importante para nós. O segundo momento, também muito importante, que não necessariamente estará traduzido no nosso documento, que reconhecemos ser falho e repleto de ausências, precisando ainda receber contribuições. Nós recebemos uma crítica muito forte e também, uma ajuda muito grande do Movimento de Mulheres Negras do Recife que fizeram uma reunião conosco. Gosto de relatar essa experiência que passamos, porque ela é dura, mas real, é o que vivemos e precisamos primeiro reconhecê-la para depois endereçá-la. Marcamos uma reunião no 16º. andar do Edifício Porto Digital, chegaram cinco mulheres negras e quando passaram pelo corredor, 100% das pessoas olharam, entraram na sala de reunião, sentaram, e aí, uma das lideranças, Ana Paula disse: “Para vocês entenderem o que é racismo, nós estamos aqui, no que deveria ser o “top” do “top” da modernidade, que é o Porto Digital, ainda assim, quando cinco mulheres negras entram, elas chamam a atenção. E



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

ainda assim, quando nós olhamos de volta, não vemos uma única pessoa negra nessas sala, o racismo é isso.” Nós passamos por momentos de enfrentamento, no sentido de alguns movimentos não reconheceram validade e efetividade do trabalho, mas passamos por outros momentos de aprendizagem. No processo de conduzir o Plano, precisei abrir mão das minhas convicções pessoais, apagar o passado e construir um novo, esse processo de desaprender para poder reaprender de fato, para ser honesto com a escuta. Posso dizer, muito tranquilamente, não sei se tive sucesso em traduzir isso para o documento, ou se vamos transformar isso em política pública, mas a minha cabeça está completamente diferente da que entrou. Na segunda reunião, com o pessoal do PREZEIS, foi que nós perguntamos das metas de longo prazo, aí, normalmente as pessoas dizem: universalizar saneamento, formalizar as ZEIS, com todo mundo tendo o título de propriedade. Luciano, dos Torrões, disse: eu quero um Prefeito eleito, que tenha sido morador de ZEIS. A frase é muito boa, porque ele diz que: “É muito bom que vocês estão aqui, que estão curiosos, mas só vai resolver quando nós tivermos representatividade nessa dimensão.” Os desafios são muito grandes, o desafio da educação é outro vício de quem está olhando há longo prazo. Nosso vício é que nos desapaixonamos e vamos olhar outros dados. Quais são os dados que têm melhorado e quais os que têm piorado? O que é que piorou muito? A violência contra um segmento específico da sociedade: jovens, negros, moradores da periferia. Esse é um indicador que piorou, pode ter melhorado em outras coisas. Digo sempre, moro no bairro da Jaqueira, meu filho tem 12 anos, anda sozinho na rua e faz 32 anos que não tem um crime letal, por arma de fogo, neste bairro. Faz mais de 20 anos que não tem sequer, um sequestro relâmpago. Tem batedor de carteira, tomador de celular, violência é outra coisa, não que isso não seja importante, não que eu queira que meu filho não esteja preservado e possa andar com liberdade total. Nós temos outro embate para fazer, e essa estratégia de longo prazo tem essa característica, quando nós plotamos no mapa, diz assim: a cidade toda enfrenta um problema de saúde, de violência, mas nós sabemos hoje, onde esse problema está e seu enfrentamento.” Usando novamente a palavra, Sr. **Edvaldo** disse: “Estive em Salvador recentemente, e uma pessoa da Universidade Federal, citou que o Recife é a cidade mais desigual de todo Nordeste.” Dr. **Guilherme** continuou: “Acho que hoje, nós ainda temos o pior índice de desigualdade do País. O dado que tenho é de 2015, vai ser atualizado novamente agora, mas tínhamos somente duas cidades mais desiguais, entretanto, no dado de 2015, Recife é a mais desigual. É importante dizer que você tem indicadores e indicadores, acho os indicadores padronizados fundamentais para a comparabilidade, mas, como cada cidade tem uma realidade distinta, é importante que nós também consigamos desenvolver novos indicadores, que sejam em certa medida, padronizados e quantificáveis. Nós precisamos de indicadores “quali”, também precisamos começar a medir coisas, por exemplo, efetividade da política de longo prazo, como habitação, precisa ter um índice de novas moradias construídas, mas precisa também, de um índice de moradias convertidas, ou seja, imóveis que estão na assistência social, convertidos. Você precisa ter um indicador de manutenção do indivíduo naquele habitacional que foi entregue. Manutenção não é ele permanecer lá, são as condições de vida no local onde foi construído aquele habitacional, vários motivos. Então, nós precisamos sofisticar a forma como acompanhamos esse tipo de coisa, é um crescimento, é uma mudança no debate. A partir da publicação do Plano, nosso trabalho será muito focado na criação do que chamamos de espaço de antecipação do futuro. Pequenos experimentos que são feitos na escala real, para que possamos criar novas referências para o poder público e para a sociedade. Estamos fazendo agora uma experimentação em praça no bairro da Iputinga, desde a forma dos critérios de escolha do





PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

espaço público, em síntese, até a forma da construção de como você fez a intervenção. Esse experimento tenta ser uma abordagem diferente, sobre aquele equipamento, para usar uma referência de país rico. Não estou usando aqui, de país pobre, de uma cidade pobre como a nossa, mas se nós quisermos replicar uma estratégia de reconecção verde na cidade, onde você pegou um conjunto diferente de praça, parque, caminho público, arborizado e adequado, tem uma referencia muito boa, que vem da Inglaterra. Eles já vão com 22 anos nesse projeto, que é um bairro específico de lá, está lindo, maravilhoso, mas custa uma fortuna. Qual é o nosso trabalho? Estamos numa cidade pobre, cheia de prioridades, cheia de urgências, e nós conseguimos propor soluções ousadas como essa. Especificamente, sobre esse projeto, o critério de escolha foi à proximidade de equipamentos de educação. No raio de influência do projeto você tem uma creche, duas escolas com todos os anos iniciais, com um universo de aproximadamente 400 alunos diretamente impactados, com três mil crianças no entorno, nas comunidades em geral impactadas pelo projeto. Nossa ideia é que possamos amanhã ou depois, advogar o que aparece e que chamamos de dados e evidências. Pegando um exemplo: o COMPAZ do Alto Santa Terezinha, teria o mesmo impacto na comunidade, se tivesse sido construído no bairro da Jaqueira? Posso dizer tranquilamente que não, não é um equipamento necessário, que mude a vida das pessoas que moram na Jaqueira, mas no Alto Santa Terezinha, sim. Voltando à pergunta sobre educação, nós vencemos uma etapa de universalizar o acesso, para fazer isso, e não é nenhuma crítica cada solução adequada no seu tempo, o viável possível no seu tempo, nós expandimos abrindo escolinhas, do tipo: juntando duas casas, abrindo paredes, apertando todo mundo. Agora, é o desafio da requalificação, pegando um exemplo: nós acompanhamos a escolha do equipamento e o projeto de uma Escola no Ibura, a Monte Verde, a distância física entre a antiga escola e a nova é de 100m, só atravessa um córrego. A diferença é a distância entre o que era a antiga escola e o que entregava de capacidade de atendimento, e o que a nova entrega é um abismo, porque, enquanto uma era muito pequena e atendia 60 crianças, numa área muito precária, você parte para outra que atende a 300 crianças, mas ainda tem algumas dificuldades, tem criança que vai andar mais para chegar à escola. Quando pega um equipamento de 60 e outro de 300, o que é que você oferece na de 300? Escala, e essa escala permite que você tenha tempo integral, permite ter pessoas dedicadas exclusivamente àquela escola, tem a condição de racionalizar a aplicação de recursos. Comparando as bibliotecas na questão de espaço, você passa a ter uma biblioteca de qualidade para atender a um número maior de crianças. Esse olhar estratégico de melhorar as unidades, mas também, de redirecionar a rede, comparece na educação. A educação volta a aparecer no Plano, mais num nível de desenvolvimento econômico, quando nós colocamos uma ênfase no fortalecimento das unidades, dos cursos superiores, dos cursos técnicos, e da necessidade de integração entre essas universidades de qualidade na cidade, para atração de novos centros de pesquisa e tecnologia. Então, são eixos de abordagens distintas, mas distribuídos ao longo do desenvolvimento da cidade como um todo. Como preciso me ausentar, quero dizer que vocês podem formalizar contribuições, pois estamos num momento muito rico de identificar erros e acertos. Para fechar quero dar um exemplo: nós usamos um critério de metros quadrados de área verde por habitante, e aí, quando colocamos esse dado, a meta que colocamos para 2035, já era menor do que temos hoje na cidade. Achamos que tinha alguma coisa errada, fomos olhar e vimos que havia critérios e indicadores diferentes. A SDSMA nos chamou e fizemos um debate sobre o assunto, abandonamos esse indicador e adotamos quatro novos indicadores. Quanto ao índice de reconexão, na expressão do próprio técnico, ele disse: “como é que um macaquinho na Mata da Guabiraba chega à Praia de Boa Viagem,

de

1  
B  
A  
P



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

pulando de galho em galho? Isso parece uma besteira, mas é fundamental para o ecossistema da cidade. O índice de reconexão é o índice de preservação e adensamento das Áreas de Preservação Rigorosas, como o Engenho Uchoa, Guabiraba, as áreas de preservação privadas. Nós temos que entrar de forma rigorosa, para que eles não sejam invadidos, desmatados, mas também que, com o tempo, eles sejam adensados, ou seja, aquelas árvores que estão lá formando um conjunto muito grande de árvores jovens fiquem, de fato, mais consolidados. Aí, vem para a área verde por metro quadrado por habitante, área verde pública, acessível, esse é um indicador importante, não o que nós estávamos usando. Outro indicador, que é o índice de sobrevivência de mudas plantadas, mas já temos hoje uma noção de que aproximadamente 60% das mudas plantadas no espaço público, não vingam. Então, acompanhar isso é importante. Em minha opinião, a sociedade como um todo, cada vez mais, vai sair de sua função do regulador, realizador, para o lado habilitador. Se isso de fato ocorrer, e essa é uma abordagem importante para a estratégia, por aí, nós temos como melhorar a cidade como queremos.” Usando a palavra, Dra. **Taciana** falou: “Quero agradecer ao Diretor da ARIES, Dr. Guilherme, pela explanação. Antes da análise dos processos, quero esclarecer alguns pontos de debate levantados no grupo da CCU no WhatsApp, nesses 15 dias. Pena que os principais debatedores não estejam hoje aqui, mas não posso deixar passar essa reunião sem falar sobre isso, mesmo sem eles presentes, mas poderão ler a Ata posteriormente. Os pontos de debate foram: 1º ponto – Plano Cicloviário do Recife. A maneira de colocar o tema no grupo foi desagradável, precisamos aprender a debater sem agredir, contribuindo para a verdadeira Democracia. Podemos colocar nossas ideias sem agredir ninguém. O Secretário João Braga é um grande defensor da bicicleta, no entanto, sua principal prioridade é o transporte público. Se tiver uma via onde só é possível uma Faixa Azul ou uma Ciclofaixa, com certeza Braga vai decidir pela Faixa Azul. Então, algumas propostas do Plano Cicloviário, pensado em 2010/2011, quando confrontadas com o Plano da Faixa Azul, tiveram que ser modificadas. Se, de fato, existe o interesse de discutir o Plano Cicloviário do Recife aqui na CCU, a CTTU já se colocou a disposição, podemos agendar e eles vêm apresentar. 2º ponto – Plano Diretor. Não posso deixar de concordar que o tempo é curto, é verdade, mas não estamos começando agora, vários planos foram discutidos na cidade. Agora compete a nós, fazermos da melhor maneira possível, o importante é discutirmos o conteúdo deste documento, podemos pensar num Plano Diretor mais genérico que abra janelas para discussões na Lei de Uso do Solo. O importante, é que ele abre todas as possibilidades para a cidade, e depois, pode-se debater cada possibilidade desta na Lei de Uso do Solo, quando teremos mais tempo para isso. 3º ponto – O projeto da Av. Norte. Os projetos de requalificação de vias, praças e calçadas não são passíveis de licenciamento, são de responsabilidade e competência do órgão público responsável pela manutenção urbana. Se existir interesse no tema poderemos convidar a EMLURB.” Pedindo a palavra, a representante da CONDEPE/FIDEM, Dra. **Ana Cristina** falou: “Naquela época nós questionamos a quantidade de faixas de pedestre, que eles abrissem mais.” A **Presidente** continuou: “Quanto ao último ponto. – Calçadas dos Postos de Abastecimento. Ângela Carneiro e o núcleo de acessibilidade, sempre reclamaram sobre as calçadas em Postos de Gasolina, segundo eles, uma das piores áreas para se andar na cidade, e olhe que elas são geralmente bem tratadas, mas o rebaixamento em 100% da testada gera uma insegurança imensa no pedestre, imagine no deficiente visual e no cadeirante. A cidade é de todos, não é só do Posto de Gasolina, todos são importantes e, é papel da Prefeitura buscar esse equilíbrio. Vamos tentar melhorar as calçadas que precisam ser revistas, não só de Postos, mas também de Farmácias, Padarias, de tudo que tenha a mesma condição. Só que, Posto é



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

pior porque a circulação de veículos é maior. Concluindo, peço para que nos policiemos mais. Não existe o time da Prefeitura e o time do resto da cidade, estamos aqui para construir uma cidade melhor. Cada um tem seu ponto de vista de acordo com as verdades que conhece. Pode ser que as pessoas não consigam entender seu ponto de vista, pode ser que você esteja tão avançado no tempo, que muitos não vão conseguir concordar com você. Tenho certeza que vamos melhorar, o nível do diálogo no grupo do WhatsApp.” Pedindo a palavra, o representante da FIEPE, Dr. **José Antônio** falou: “A primeira coisa que coloco é que essa questão de nós entrarmos em discussão em grupo, sem termos o conhecimento técnico, profundo, do assunto é uma coisa que sempre debati aqui. Se a CTTU existe, e me diz que essa solução é a melhor, ou se a URB me diz que essa solução é a melhor, não me acho capacitado para dizer que não presta, embora viva na rua, seja vizinho, e no meu ponto de vista não é a melhor. Porque acredito que esse pessoal tem uma formação um pouco maior, estuda os problemas de uma forma muito mais macro, deu o parecer por algum motivo e tem suas razões. Às vezes, nós ficamos olhando independentemente do grupo, aqui mesmo; ficamos discutindo: “isso é melhor, isso é pior”, se tem um parecer técnico me dou o direito de não discuti-lo. Sempre disse isto aqui e vou continuar dizendo, acho espetacular se vão levantar a discussão sobre o Polo Rodoviário, sobre a Av. Norte, sobre a Av. Conde da Boa Vista, não tem problema nenhum, mas me traga o cabedal inteiro para dar uma opinião, o parecer está dado, o projeto está feito. Agora, enquanto cidadão, numa discussão de Comissão pode sugerir, essa é a diferença que faço. Você junta cada técnico dando parecer, como se fosse uma coisa extremamente normal, na minha concepção não é. É o que sempre digo para mim o projeto mais fácil de analisar é o de impacto, porque tem parecer de todo canto, aí sou eu que vou dizer que não presta? Sempre disse que, se o processo é de impacto, mande pra eu relatar, porque só tem que olhar uma lógica no sentido das coisas. Não tem que estar discutindo o que é melhor, porque todos os órgãos já discutiram ao longo do processo. Só acho que tem que tomar conhecimento do assunto para chegar aqui sabendo do que se trata, mas dizer que a técnica não estudou para dar seu parecer, aí sou contra. Acho que nesse ponto nós deveríamos amadurecer. Foi citado também o empresariado quanto ao Plano Diretor, que acho que é mais técnico. Quanto à questão de que o tempo não dá, pra quê? Porque o tempo vai ser proporcional ao tamanho da reforma da revisão que vai se fazer. O Plano Diretor já está sendo revisto em forma atrapalhada porque está setorizado, sem uma diretriz única. Então, a maior felicidade que nós poderíamos ter para o Recife, seria dar diretrizes únicas agora, nessa revisão, e a partir delas trabalhar realmente no conjunto legislativo. Vivo também, colocando isso aqui, nós temos uma colcha de retalhos que está estourada, e não é de hoje, é que fica a representante da PGM louca, porque tudo tem mais de uma interpretação. Legislar sob uma Lei fraca é muito ruim, interpretar o que está escrito de maneira diferente é um absurdo. Nos anos 80, tínhamos nas Regionais todos os parâmetros urbanísticos de todos os lotes da cidade do Recife. Estamos chegando em 2020 e não vamos ter isso, se não mudarmos o Plano Diretor. Onde é que nós estamos atrapalhando? Na hora em que você não dá uma segurança jurídica e não dá uma legislação com um eixo de desenvolvimento, não pode cobrar isso da população. Nós temos que começar, como digo pra vocês, o tamanho do problema é enorme, mas o tamanho da solução imediata, não. É quando não tentamos restringir isso a diretrizes, já estamos trabalhando nisso desde 2008, acho que temos que discutir muito mais. Quando formos discutir o que nos incomoda, vamos discutir o mundo real, não o mundo hipotético, não tem como discutir uma diretriz que se aplique numa cidade que não existe, tem que discutir diretrizes que se apliquem na cidade do Recife, o que nós temos. Não dá para ficar divagando sobre projetos



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

que não poderão ser construídos, outro dia fui ver um projeto maravilhoso, na questão de Santo Amaro. Como serão colocadas aquelas ruas, com transporte público, carros, bicicletas. O primeiro projeto do Centro Cidadão, quando foram fazer, a calha da rua não cabia. Então, vamos para a cidade real. O que acontece de mais triste nessa discussão, é que nós estamos dando voz a quem não tem o menor cabedal para falar, não é desqualificando os interlocutores. As entidades com muito tempo de experiência são desmoralizadas por causa da Face book, entrou na mídia social hoje, ganha difusão, e quem tem CEP, CNPJ, e tem toda tradição, fica escorraçado da discussão. Disse-me uma vez o Secretário de Planejamento Urbano, Antônio Alexandre, que o debate fica sequestrado a uma minoria, ou a quem grita muito. Nós só conseguimos participar, porque fica constrangedor, fica desagradável? Não, fica é absurdamente politizado, porque todas essas páginas do Face book, de mídia social, tem um viés político. Fizeram isso na eleição passada e estão fazendo nessa e vão fazer sempre. Essa não é minha função nem de ninguém aqui, o fórum certo é na CCU, no CDU, está no próprio Conselho da Cidade, está nos instrumentos democráticos e suas representações. As pessoas têm que aprender a discutir, a pedagogia tem que chegar. Agora, acho que não é segregação, mas que nós temos que começar com um mecanismo que decida as propostas sérias e das coisas incabíveis, e o exemplo está aí. Quem está achando que o tempo não dá e sai da mesa, quem foi? O empresariado se juntou ao pessoal da Prefeitura para aprovar um cronograma. É lógico, é uma questão de legislação, nós temos que ter um cronograma e temos que ter uma revisão, mas temos que saber o tamanho dessa revisão, isso é outra discussão, e que vai lá pra frente. Então, essa história de que concordou ou discordou, é uma questão de posicionamento em cada item. Não pode ser discutido da forma que está, pejorativamente, como se o empresariado mandasse na cidade, enquanto a cada dia vem mais restrição, quero saber que ordem é essa que damos aqui dentro. Cada dia, discutimos uma cidade mais restritiva, se nós produzirmos um debate de forma construtiva é "que cidade nós realmente queremos". Temos uma cidade completamente elitizada, quem quiser morar hoje em Recife, vai ter que pagar um aluguel caríssimo, que não cabe no bolso de todo mundo. Então, nós arrumamos diretrizes e formas, e eixos de desenvolvimento para você acomodar todas as matrizes da população, ou você vai ter cada dia mais, essa discrepância social existindo, onde quem mora de forma regular paga de 6 a 10 mil, e quem não tem mora de forma irregular, que é outro assunto que nós também estamos levantando. De uma vez por todas, nós temos que passar essa matriz do tecido urbano de forma pragmática e entender que a população tem quatro nichos e que nós temos que atender a todos, enquanto cidade. No passado nós cometemos muitos erros e não dá mais, não tem como, e nós temos que defender uma cidade que tenha a sua população colocada no seu entorno, se não, não vamos fazer nunca um transporte de qualidade, não vamos fazer uma cidade melhor dentro de si. Não adianta chegar e dizer que o Recife tem um problema, que é o Polo Econômico de toda Região Metropolitana, mas não pode ser só o Polo Econômico e a moradia ficar fora, agora tem que ficar dentro, mas essa discussão, nós levamos para o Plano Diretor e para as propostas, a questão só é: todo mundo tem que participar. Agora, eu sinceramente, acho que temos que encontrar um mecanismo e qualificar essa participação. A pessoa tem uma mídia social, uma página no Face book, grita mais do que eu e ganha a discussão. Não é que eu queira ganhar nem perder, mas é que, às vezes, não somos escutados." Pedindo novamente a palavra, Sr. **Edvaldo** disse: "Na gestão passada, o movimento popular lançou muita coisa no Plano Diretor e não foi aproveitado nada, foi cortado tudo que foi conquistado. Nesse Plano praticamente, tem uma discussão da questão do Prefeito não responder administrativamente, no período de quatro meses, mas a grita é



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

muito grande dentro do movimento, pois, querendo ou não, alguns diretores da URB e da própria Prefeitura, já consideram extintas determinadas ZEIS, que estão vindo de algumas áreas privilegiadas dentro do Recife. Então, se hoje a população não está organizada em cima do Plano Diretor, é por isso, não é por outra coisa não. Agora, os técnicos aceitarem, porque têm que defender suas instituições, admito isso, mas nós que estamos na linha de frente dessas áreas de ZEIS, também sentimos esse drama quando o empresário entra, às vezes, com conivência na Prefeitura. Estou sentindo algumas questões dessas aí, que quando chegamos para discutir algumas com setores da Prefeitura, vimos que a máquina está engessada, a realidade é essa.” A **Presidente** falou: “Essa questão de acabar com algumas ZEIS, eu desconheço. É uma discussão que precisa ser aberta.” Sr. **Edvaldo** continuou: “Taciana, a Prefeitura lançou as escutas para ser discutido dentro das Comunidades, iniciou com a RPA-5. Aonde é que esse pessoal está preparado para discutir o Plano Diretor? Nenhum morador sabe disso não, chegue a qualquer área dessa e ninguém sabe, é difícil você mudar essa cultura do dia para a noite, essa é que é a grande questão, é pedagogia.” Dra. **Taciana** disse: “De fato, a preparação para o debate é importante, no entanto, todos têm contribuição a dar quando o assunto é a nossa cidade, cada um tem um jeito próprio de ver e viver o Recife. Concordo com Edvaldo acho impossível em quatro meses nós revisarmos as 73 ZEIS.” Pedindo a palavra, a representante da URB, Dra. **Lúcia Escorel** falou: “Gostei da fala de Taciana, e com relação a questão da opinião se a pessoa é técnica, se conhece ou não conhece o assunto, acho que todos têm o direito de opinar. Às vezes, entendendo à sua maneira, mas você busca uma resposta. O Recife é uma cidade cheia de problemas físicos, geográficos, ambientais e sociais, nós vivemos numa metrópole castigada. Quando saí daqui, passei um tempo em Goiânia-Goiás, fui para fazer o PREZEIS de lá, a Lei das ZEIS. Chegamos lá, de repente, Goiás é outro cenário, na ZEIS de Goiás o lote tem 300m<sup>2</sup>, aí nós chegamos aqui com essa insignificância de 18m<sup>2</sup>, você bota uma família dentro, com não sei quantas pessoas, para garantir a posse da terra. Isso é padrão? São questões que, ao longo do tempo, estão sempre postas e, as pessoas podem dar opinião, sendo técnico ou não. Acho que cada um pode expor sua opinião, não tem que ter censura, mas tem que ter respeito. Posso me manifestar e, se estou dentro de uma Comissão, tenho que levar algumas coisas em consideração.” Pedindo a palavra, Dra. **Andréa Galiza** representante da PGM, falou: “Na realidade eu tinha duas colocações a fazer, uma era a complementação da fala de Guilherme, mas, pelo adiantado da hora, não vou mais fazer. Essa questão do Plano Diretor queria só falar um pouco como a Procuradoria do Município vem observando essa questão desse cronograma. Na realidade, acho o seguinte: José Antônio, representante da FIEPE, colocou uma coisa importante que é, antes de qualquer coisa, nós precisamos nos situar que não estamos construindo um novo Plano Diretor. Então, a primeira coisa quando a Procuradoria analisou essa questão é que partimos do princípio que nós estamos num processo de revisão, que significa uma análise do que hoje, está vigente no Plano Diretor. O que a cidade precisa é alinhar de 10 anos para cá, da vigência desse Plano Diretor, e trabalha exatamente, aquilo que precisa ser mudado. Não se trata de construir um Plano Diretor em quatro meses, se trata de partir para um processo de revisão. Outra coisa que a Procuradoria considerou, é que nós já temos produzido no Município, uma série de estudos e uma série de diagnósticos. Aí entra o Plano de Mobilidade e outros, se não todos, mas a maioria deles discutidos no próprio Conselho da Cidade, que de certa forma, adianta e muito esse trabalho. Isso não significa que a discussão não setorize, na realidade essa fase do diagnóstico é importante, até para você começar a colocar em discussão, mas é uma fase que se vence e que talvez outros Municípios não tenham. Por exemplo, você usa a comparação com o Plano



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

Diretor de Ipojuca que foi visto em um ano, mas, não se pode fazer essa comparação, a revisão começou do zero, esses instrumentos não estavam construídos. Então, me pareceu razoável que, quando a gestão pensou um cronograma foi dentro dessa perspectiva, e, principalmente, dentro da perspectiva colocada pelo Secretário de Planejamento, Antônio Alexandre, na última audiência, em que a questão maior do nosso Plano Diretor, não é modificar o que ele tem de conteúdo. Na realidade nosso Plano Diretor, por ter uma regra de transição muito ampla, efetivamente, não foi implementado no seu todo. O grande problema do nosso Plano Diretor, primeiro é fazer uma série de regulamentações que não vieram, e nós não podemos dizer que temos condições de rever esse Plano, porque o que nós temos de cidade hoje, é muito o reflexo do ordenamento anterior ao Plano Diretor, do que a ele. Portanto, esse processo de revisão tem que considerar muito pouca coisa, no final das contas precisou considerar uma análise crítica. Então veja, o que se tem não é de escuta, não é de participação popular, foi isso que a Procuradoria pensou, mas de uma formação de diagnóstico, de convicção, dentro da gestão que precisava ser levada e o processo precisa começar. Um exemplo que sempre damos é a questão da revisão do Plano Diretor de São Paulo, e aí, sempre se diz: esse não é um Plano exemplo, porque em São Paulo a revisão do Plano Diretor estava toda pronta, na realidade o Prefeito sofreu um processo de improbidade, porque, em tese, não teria tido participação popular, O Prefeito seguinte, aproveitou esse material e seguiu. Não é bem assim, tanto que se você pegar o documento em que foi aprovado depois, na gestão de Haddad, tem mudanças significativas. O que era que tinha lá e que nós também temos? Uma produção de estudos já muito avançados que permitiram que uma cidade de onze milhões de habitantes, conseguisse fazer a sua revisão num período similar ao nosso. Essas questões todas foram analisadas e, principalmente, as questões de ordem jurídica. Nós vivemos num processo em que essa questão de participação popular, tem que ser cada vez mais implementada, mas, também, amadurecida. Quando digo amadurecida, é o seguinte: nós precisamos estabelecer regramentos que, hoje em dia, nós não temos e que garanta que as pessoas se sintam representadas naquele processo de participação popular. A questão é: quando o poder público coloca um cronograma, é natural que as pessoas que ali estão e que vão ter que fluir o trabalho, que vão ter que comparecer às reuniões, fiquem inseguras em relação àquilo que está estabelecido e não viram ainda, e que vai ser apresentado. Com base em que, qual é a regra que diz que esse cronograma existe? Não existe sequer a obrigatoriedade de que esse cronograma fosse como foi, submetido à aprovação do Conselho da Cidade. Hoje, o que você tem de regra de participação popular, é que se tem uma audiência pública, que o conteúdo da revisão seja submetido e não o processo. Mesmo assim, embora não seja obrigado, foi decidido na gestão que iria submeter esse cronograma. Em minha opinião, se fosse 4, 6, ou 7 meses, sempre iria haver uma resistência. O que me preocupa é que nós estamos perdendo um tempo precioso, com esse sentimento de que vai haver um "rolo compressor" e nós estamos perdendo a oportunidade de discutir as coisas que são realmente importantes para a cidade. Então, a Procuradoria foi consultada a cerca dessa questão, inclusive da possibilidade de anulação da reunião do Conselho da Cidade onde foi aprovado o cronograma, e nós discordamos. Primeiro, porque essa reunião que ocorreu do Conselho seguiu todas as regras regimentais, regra essa que foram decididas no próprio Conselho e não havia absolutamente nada que indicasse, naquele momento, que houvesse algum tipo de ilegalidade neste cronograma que foi adotado. Só quero lembrar o seguinte, essa questão da improbidade é importante, mas não é essencial e não é apenas isso, por trás da propositura desse cronograma existem pessoas que pensaram desta forma como ele iria ser feito, e o Prefeito não responde por improbidade apenas porque



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

não conta tempo. Ele responde por improbidade também, se ele não criar as condições para a participação popular, portanto, essa é uma análise que está sendo feitos dois lados. É evidente que no final deste processo, a qualquer entidade, pois estamos num estado democrático de direito, se for o caso, vai ser dado à possibilidade de questionar. O que não podemos é ficar travado e não começar o processo. Então, essa é a ideia que nós temos na PGM, por enquanto, do que está acontecendo. Parece-me que uns ajustes aqui e ali, vão ficando evidentes no curso do processo, a posição da gestão é que venham a ser efetuados.” Pedindo a palavra, Dra. **Ana Cristina** disse: “A propósito do Plano Diretor, é uma revisão, mas o que aconteceu em relação desse à antiga Lei 17.511, não foi uma revisão. Primeiro esse era auto aplicativo, e até então, os Planos Diretores eram diretrizes. Lembro-me que nós fomos pegos de surpresa, na época eu trabalhava em Regional e nós tivemos que nos apropriar. Espero que não seja apenas uma revisão, porque ficou muita coisa por regulamentar, inclusive estourando o prazo, um deles foi a Lei de Ocupação do Solo, que é fundamental. Isso é uma das coisas que me preocupa.” Dra. **Taciana** falou: “Podemos passar para o próximo ponto de pauta, a análise dos processos?” Como ninguém mais se manifestou a Presidente passou a palavra ao Dr. Gustavo Lins, representante da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, relator dos dois processos a serem analisados, iniciando com o **Processo nº 07.11915.0.18 da STERICYCLE DO BRASIL NOVAS PARTICIPAÇÕES Ltda.**, referente ao Documento Especial de Viabilidade para Instalação de Atividade de Coleta de Resíduos Perigosos com Usina de Compostagem, a se localizar na Av. da Recuperação, nº. 2848 – Passarinho. **Encaminhado à CCU:** face a Lei nº. 16.289/97, Art. 45, § II e Art. 48, § II (Usos Geradores de Incômodos à Vizinhança - APGI). Usando a palavra, Dr. **Gustavo** falou: “Os dois processos são similares, por isso vieram para a SDSMA analisar. É a mesma situação dos outros processos que, ultimamente, passaram por aqui. Não existe nenhuma restrição para instalação de qualquer atividade, salvo o que já está valendo. Para instalação dessas atividades elencadas no processo, a nossa Secretaria, no licenciamento de cada atividade, tem uma série de regras e nós verificamos tudo isso. Resumindo, já falei em processos similares, desde que atendido ao Licenciamento Ambiental, sou favorável a instalação da atividade. Vou ler meu parecer.” **PARECER DO RELATOR:** À Comissão de Controle Urbanístico – CCU. “1. *Solicitação:* Viabilidade de instalação de atividade de coleta de resíduos perigosos, não perigosos, tratamento e disposição de resíduos perigosos e tratamento e disposição de resíduos não perigosos, Lei nº. 16.289/97, Art. 45, § II, Art. 48, § II (APGI – nível de incomodidade). 2. *Considerações:* Não há Legislação que vede a instalação da atividade no endereço informado. Deverá atender ao Licenciamento Ambiental. 3. *Conclusão:* Viável desde que obedecendo aos requisitos do Licenciamento Ambiental e regulamento específico para cada atividade.” Em 19/06/2018. a) Gustavo Lins, representante da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – SDSMA. Pedindo a palavra, a representante da PGM, Dra. **Andréa** perguntou: “Esse processo é numa Unidade de Conservação?” Ao que Dr. **Gustavo** respondeu: “Não, está fora, fica próximo.” Dra. **Taciana** perguntou: “Dentro de uma Unidade de Conservação, ainda que passasse na Análise de Localização, seria proibido?” Continuando, Dr. **Gustavo** falou: “Depende da atividade.” Dra. **Andréa** tornou a dizer: “Minha preocupação é que, de fato, está muito próximo, embora não esteja na unidade, eu realmente não tenho informação para dizer se esse tipo de uso, pela sua natureza é permitido. A questão da incomodidade de vizinhança para mim é indiscutível. Qual é o tipo de impacto, que uma atividade como essa, pode ter numa Unidade de Conservação? A pergunta que fiz a Gustavo é se, por estar próxima a Unidade de Conservação, é considerada



PREFEITURA DO  
**RECIFE**

SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

nas fases do Licenciamento.” Ele respondeu que, com certeza, o Licenciamento vai considerar tudo que for exigido. Pedindo a palavra, a representante da **URB** falou: “Só colocaria o seguinte, como está próxima à Unidade de Conservação, por exemplo, se for instalada mais acima, fatalmente poderá correr o risco de alguma coisa afetar essa Unidade de Conservação. Gostaria de saber a localização exata, se é em cima ou se é em baixo, dependendo da topografia do terreno.” Dra. **Taciana** falou: “Podemos colocar em votação o parecer do relator?” Foi feita a votação e exarado o seguinte parecer. **PARECER DA CCU:** Da: Presidente da CCU. Ao: Exmo. Sr. Secretário de Mobilidade e Controle Urbano. “A Comissão em plenário, por unanimidade de seus membros, se posiciona FAVORÁVEL ao pleito, acompanhando o parecer do relator. Solicita homologação de V. Excia.” Em, 19/06/2018 a) Taciana Sotto Mayor – PRESIDENTE, e demais membros presentes. Em seguida, foi analisado o **Processo nº 07.18936.3.18 da VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**, referente ao Documento Especial de Viabilidade para Instalação de Atividade de Coleta de Resíduos Perigosos com Usina de Compostagem, a se localizar na Rua São Miguel, nº. 1093 – Afogados. **Encaminhado à CCU:** face a Lei nº. 16.289/97, Art. 45, § II e Art. 48, § II (Usos Geradores de Incômodos à Vizinhança - APGI). A **Presidente**, passou a palavra ao Dr. **Gustavo**, que iniciou dizendo: “Na análise de licenciamento da SDSMA, será analisado tudo, inclusive ruído, se não se adequar não será aprovado. Se ele burlar alguma coisa, sair a Licença e ele não atende, vai ser fiscalizado. Vou ler meu parecer. **PARECER DO RELATOR:** À Comissão de Controle Urbanístico – CCU. “1.**Solicitação:** Viabilidade de instalação de atividade de coleta de resíduos perigosos, não perigosos, descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos e atividades paisagísticas, Lei nº. 16.289/97, Art. 45, § II, Art. 48, § II (APGI – nível de incomodidade). 2. **Considerações:** Não há Legislação que vede a instalação da atividade no endereço informado. Deverá atender ao Licenciamento Ambiental. 3.**Conclusão:** Viável desde que obedecendo aos requisitos do Licenciamento Ambiental e regulamento específico para cada atividade.” Em, 19/06/2018. a) Gustavo Lins, representante da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – SDSMA. Pedindo a palavra, a representante da PBM, Dra. **Andréa** falou: “A situação desse processo é um pouco diferente do processo anterior. O outro, de fato, o que está preocupando é a proximidade com a Unidade de Conservação, mas foi esclarecido muito bem que o Licenciamento Ambiental, me parece, vai analisar de uma forma muito mais apurada, do que possamos fazer aqui. Agora, neste processo, a questão não é o Licenciamento Ambiental, é de incomodidade mesmo. Foi feita a Análise de Localização? Estou perguntando isso porque, uma vez nesta CCU, perguntei qual a razão das atividades serem dispensadas da Análise de Localização por estarem em Corredores de Transportes. Responderam o seguinte: os Corredores de Transporte me parece correto, são os lugares em que o Município quer desenvolver mais, a atividade econômica, porque é bem servido de infraestrutura. Mas estamos tratando aqui de uma atividade de coleta de resíduos sólidos diferenciados e que a questão da incomodidade de vizinhança tem um pouco de peso. Queria saber como a DILURB vê isso, porque, me parece que as questões do Licenciamento não são suficientes. Pelo ponto de vista de Meio Ambiente, Gustavo disse que o parecer dele é favorável, pois é a visão quanto à questão ambiental. E, estou dizendo que é uma atividade que não foi feita a Análise de Localização, porque está num Corredor de Transportes. Mas, a razão em ser dispensada, que é estimular a instalação em Corredor de Transporte, me parece que, neste caso, não é tão importante quanto ao possível dano que venha ocorrer à vizinhança, considerando a natureza dessa atividade. Gostaria de saber o que a DILURB pensa sobre essa atividade ser instalada na






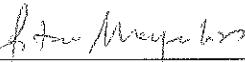
PREFEITURA DO  
**RECIFE**


SECRETARIA DE MOBILIDADE E CONTROLE URBANO  
COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO

Rua São Miguel.” Dra. **Taciana** disse: “Na realidade, é uma reciclagem de lixo. São galpões que juntam resíduos para a reciclagem, como metais e outras coisas. O transporte pela São Miguel é aconselhável, pois é mais fácil chegar. Acho que o incômodo a vizinhança não é ruído, não é estacionamento, é justamente a questão ambiental. Esses lugares em geral, atraem muitos ratos, baratas, escorpiões, todos esses bichos, tem que ter tratamento, por isso sempre ouvimos Meio Ambiente. Com relação à Análise de Localização, sinceramente, se ele atende aos requisitos ambientais, não vejo grandes prejuízos com sua instalação.” Pedindo a palavra, o representante do **PREZEIS** disse: “Estou questionando o uso de gerador, que faz muito barulho.” Ao que o relator, Dr. **Gustavo** respondeu: “Pode-se pedir na Licença que ele faça um tratamento acústico.” Dr. **José Antônio**, representante da FIEPE, falou: “Tendo gerador, resolve o problema. Como em qualquer atividade potencialmente geradora de barulho, ela sofre a questão do ruído que pode ser normalizado”. Dra **Taciana** disse: “Quero lembrar que se pode reclamar a qualquer momento, Meio Ambiente faz a medição e vai obrigá-lo a resolver o problema.” Dra. **Ana Cristina** da CONDEPE/FIDEM, disse: “É pertinente essa preocupação, vou até dar um exemplo, Consultório de Dentista: é uma coisa que é uma APGI, quando liga o gerador e os vizinhos reclamam”. Usando a palavra, Dra. Taciana perguntou se, mais alguém queria tirar alguma dúvida, e como não houve manifestação, colocou em votação o parecer do relator e exarou o seguinte parecer. **PARECER DA CCU**: Da: Presidente da CCU. Ao: Exmo. Sr. Secretário de Mobilidade e Controle Urbano. “A Comissão em plenário, por unanimidade de seus membros, se posiciona FAVORÁVEL ao pleito, acompanhando o parecer do relator. Solicita homologação de V. Excia.” Em, 19/06/2018 a) Taciana Sotto Mayor – PRESIDENTE, e demais membros presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 12h30min, eu, Márcia Dantas de Oliveira, lavei a presente ATA, a qual vai datada e assinada por mim, Senhora Presidente e demais Membros presentes. Recife, 19 de junho de 2018.


  
Márcia Dantas de Oliveira – Secretária

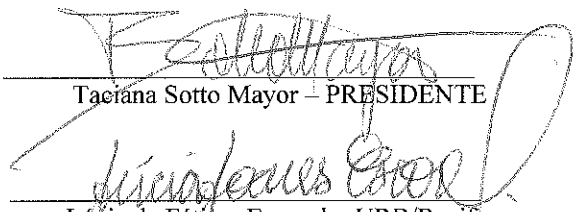
  
Vivian Mª. Oliveira da Costa - CTTU

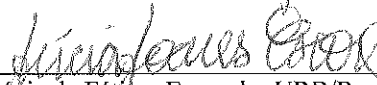
  
Gustavo Marques Lins - SDSMA


  
Andréa Karla Amaral Galza – JGM

  
Walter Longman - CPRH

  
José Antônio A. de Lucas Simón - FIEPE


  
Taciana Sotto Mayor – PRESIDENTE

  
Lúcia de Fátima Escorel – URB/Recife

  
Ana Patrícia Uchoa Queiroz – ICPS/SEPLAN

  
Ana Cristina Assis de Oliveira – CONDEPE/FIDEM

  
Genildo Mota Valença Filho – ADEMI/PE

  
Edvaldo Santos Pereira – PREZEIS